

DANIEL EDUARDO CARNACCHIONI

CURSO DE
DIREITO CIVIL
Parte Geral

Prefácio à 1.ª edição

NANCY ANDRIGHI

Apresentação à 1.ª edição

NELSON ROSENVALD

4.ª edição

revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00097523

CURSO DE DIREITO CIVIL

Parte Geral

4.^a edição revista, atualizada e ampliada

DANIEL EDUARDO CARNACCHIONI

1.^a edição: Lumen Juris, 2010 – 2.^a edição: Lumen Juris, 2011 – 3.^a edição: JusPodivm, 2012.

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 08 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [10-2013]

Universitário (texto)

Fechamento desta edição [20.09.2013]



ISBN 978-85-203-4961-8

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR A 4. ^a EDIÇÃO	5
NOTA DO AUTOR A 1. ^a EDIÇÃO	7
APRESENTAÇÃO A 1. ^a EDIÇÃO	11
PREFÁCIO A 1. ^a EDIÇÃO	13

CAPÍTULO 1

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO

1.1 Introdução	27
1.2 O Direito Civil e a transição do Estado Liberal para o Estado Social	30
1.3 Liberalismo e Direito Civil	34
1.4 Estado Social e Direito Civil	40
1.5 Princípios constitucionais e sua relevância para o Direito Civil	42
1.5.1 Princípios constitucionais a serem observados nas relações jurídicas entre particulares	50
1.5.2 Diferenças entre regras e princípios	54
1.5.3 Princípio da dignidade da pessoa humana	62
1.5.4 Solidariedade social e igualdade substancial	67

CAPÍTULO 2

TEORIA GERAL DA PERSONALIDADE CIVIL DA PESSOA HUMANA

2.1 Noções gerais sobre a personalidade da pessoa humana	71
2.2 Evolução da ideia de pessoa e personalidade	73

2.3	Personalidade jurídica e capacidade.....	77
2.4	Aquisição e início da personalidade jurídica da pessoa humana.....	81
2.5	Nascituro e embrião – Personalidade jurídica	93
2.5.1	ADIn 3.510/DF – Pesquisas de células-tronco embrionárias ...	97

CAPÍTULO 3

TEORIA GERAL DA INCAPACIDADE DA PESSOA HUMANA. CAPACIDADE DE DIREITO (GOZO OU AQUISIÇÃO) E DE FATO (EXERCÍCIO)

3.1	Noções gerais sobre capacidade de direito.....	105
3.2	Capacidade de fato – Noções gerais.....	107
3.3	Capacidade de fato e sua nova concepção. Crítica ao Código Civil. Incapacidade formal e material	108
3.3.1	Incapacidade material	108
3.3.2	Incapacidade formal – Arts. 3.º e 4.º do CC	113
3.3.3	Incapacidade formal absoluta	114
3.3.4	Incapacidade formal relativa	126
3.4	Proteção dos incapazes – Disposições específicas do Código Civil.....	134
3.4.1	Benefício de restituição	138
3.5	Incapacidade e ilegitimação. Diferenças.....	140
3.6	Cessação da incapacidade e emancipação	141

CAPÍTULO 4

TÉRMINO DA PERSONALIDADE CIVIL E REGISTRO DA PESSOA NATURAL

4.1	Noções preliminares sobre o término da personalidade civil.....	155
4.1.1	Morte real.....	155
4.1.2	Morte presumida sem decretação de ausência	157
4.2	Comoriência	160
4.3	Registro público e pessoa natural. Questões sobre estado	161

CAPÍTULO 5

TÉRMINO DA PERSONALIDADE CIVIL
E AUSÊNCIA

5.1	Considerações preliminares sobre o instituto da ausência.....	165
5.2	Conceito de ausência	166
5.3	Fases da ausência – Procedimento.....	167
5.3.1	Curadoria dos bens do ausente – 1.ª fase	168
5.3.1.1	Procedimento da primeira fase	168
5.3.2	Fase da sucessão provisória – 2.ª fase.....	172
5.3.3	Fase da sucessão definitiva – 3.ª fase.....	185
5.4	Hipótese especial de sucessão definitiva.....	189
5.5	Efeitos extrapatrimoniais da sucessão definitiva.....	190

CAPÍTULO 6

TEORIA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE
DA PESSOA HUMANA

6.1	Considerações preliminares	195
6.2	Evolução dos direitos da personalidade – Origem histórica	196
6.3	Conceito dos direitos da personalidade.....	202
6.4	Objeto dos direitos da personalidade	204
6.5	Fontes dos direitos de personalidade	207
6.6	Características dos direitos da personalidade.....	211
6.6.1	Indisponíveis e irrenunciáveis.....	211
6.6.2	Absolutos	215
6.6.3	Extrapatrimoniais	216
6.6.4	Imprescritíveis	217
6.6.5	Inatos	219
6.6.6	Vitalicios e impenhoráveis.....	220
6.6.7	Ampla tutela.....	220
6.7	Direitos da personalidade, eficácia horizontal e liberdades públicas ...	226
6.8	Direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos.	231
6.9	Classificação dos direitos da personalidade.....	232

6.9.1	Classificação – Direito à vida e integridade física.....	232
6.9.1.1	A questão dos transplantes	235
6.9.1.2	A questão do transexual.....	236
6.9.1.3	Cirurgias estéticas.....	241
6.9.1.4	Esterilização	241
6.9.1.5	Wannabes e experiência científica com pessoas humanas	242
6.9.1.6	Integridade física e disposição de parte do corpo morto.....	243
6.9.1.7	Intervenções cirúrgicas.....	245
6.9.2	Classificação dos direitos da personalidade – Direito ao nome	247
6.9.2.1	Alteração do prenome.....	249
6.9.2.2	Alteração do sobrenome	253
6.9.2.3	Tutela especial do nome.....	255
6.9.3	Classificação dos direitos da personalidade – Integridade moral – Imagem e honra.....	258
6.9.4	Classificação dos direitos da personalidade – Direito à intimidade e vida privada	266

CAPÍTULO 7

PESSOA JURÍDICA – TEORIA GERAL

7.1	Princípios.....	273
7.2	Origem. Evolução da pessoa jurídica como conceito e sujeito de direito.....	278
7.3	Existência e natureza da pessoa jurídica. Teorias.....	281
7.3.1	Teoria da ficção legal	282
7.3.2	Teoria da realidade objetiva ou orgânica.....	284
7.3.3	Teoria da realidade técnica	285
7.3.4	Teoria institucional	287
7.4	Conceito de pessoa jurídica.....	288
7.5	Requisitos ou pressupostos para a existência da pessoa jurídica. Aquisição da personalidade jurídica	289
7.6	Personalidade e efeitos	291

7.6.1	Responsabilidade civil da pessoa jurídica. No âmbito contratual e extracontratual	296
7.6.1.1	Teoria <i>ultra vires</i> e teoria da aparência. Análise do art. 47 do CC em confronto com essas teorias.....	300
7.6.1.2	Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público	306
7.6.1.3	Responsabilidade penal das pessoas jurídicas.....	312
7.7	Pessoa jurídica. Direitos que decorrem da personalidade.....	317
7.8	Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica no Código Civil...	321
7.8.1	Terminologia e conceito	321
7.8.2	Evolução da teoria <i>disregard doctrine</i>	324
7.8.3	Teoria maior e teoria menor da desconsideração	327
7.8.4	Desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil – Art. 50	332
7.8.5	A teoria da desconsideração da personalidade jurídica e a questão da responsabilidade direta dos administradores. Análise crítica	340
7.9	Modificação e extinção da pessoa jurídica.....	341
7.10	Classificação das pessoas jurídicas	342
7.10.1	Pessoas jurídicas de direito público externo e interno	343
7.10.1.1	Autarquias, associações públicas e outras entidades de caráter público, criadas por lei.....	344
7.10.2	Pessoas jurídicas de direito privado.....	350
7.10.2.1	Associações.....	350
7.10.3	Fundação privada.....	361
7.10.4	Sociedades empresárias e simples.....	369
7.10.4.1	Empresa individual de responsabilidade limitada – Eireli	373
7.10.5	Organizações religiosas	374
7.10.6	Partidos políticos.....	375
7.10.7	Entes despersonalizados.....	376

CAPÍTULO 8

DO DOMICÍLIO

8.1	Considerações preliminares. Conceito de domicílio	379
8.1.1	Elementos do domicílio, segundo a definição legal	380
8.1.2	Domicílio da pessoa natural. Pluralidade	382

8.1.3	Domicílio desvinculado da residência	383
8.2	Mudança ou alteração do domicílio	384
8.3	Domicílio necessário e legal	385
8.4	Domicílio das pessoas jurídicas.....	388
8.5	Domicílio de eleição.....	389

CAPÍTULO 9

TEORIA DOS BENS JURÍDICOS

OBJETO DE DIREITOS

9.1	Sistematização dos bens no Código Civil	393
9.2	Análise dos termos: <i>Bem jurídico</i> e <i>coisa</i>	394
9.3	Definição de <i>Bem Jurídico</i> . Conceito.....	396
9.4	Estrutura do objeto da relação jurídica.....	397
9.5	Disciplina dos bens corpóreos e incorpóreos.....	399
9.6	A questão do <i>patrimônio</i>	402
9.7	Classificação dos bens no Código Civil – Bens reciprocamente considerados – Bens considerados em si mesmo e bens públicos e privados	410
9.7.1	Os bens em si considerados	410
9.7.1.1	Bens imóveis e bens móveis	411
9.7.1.2	Bens fungíveis e infungíveis.....	423
9.7.1.3	Bens consumíveis	428
9.7.1.4	Bens divisíveis e Indivisíveis	429
9.7.1.5	Bens singulares e coletivos.....	432
9.7.1.6	Bens fora de comércio	436
9.7.2	Os bens reciprocamente considerados.....	437
9.7.2.1	Análise dos bens principais e acessórios. Características	437
9.7.2.2	Pertenças. Conceito. Natureza e regime jurídico	449
9.8	Bens públicos e bens privados	462
9.9	Bem de família.....	471

CAPÍTULO 10

TEORIA GERAL DO FATO JURÍDICO

10.1	Noções preliminares	481
10.2	Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo	484

10.2.1	Fato Jurídico em sentido estrito	486
10.2.2	Ato-fato jurídico.....	488
10.2.3	Ações humanas – Lícitas (ato jurídico em sentido amplo) e ilícitas.....	492
	10.2.3.1 Ato jurídico em sentido estrito	493
	10.2.3.2 Teoria do negócio jurídico – Considerações preliminares	497

CAPÍTULO 11

TEORIA DA REPRESENTAÇÃO

11.1	Noções preliminares	545
11.2	Conceito de representação	545
11.3	Representação própria e representação imprópria (interesses e interposição)	547
11.4	Representação aparente e a questão do poder na representação	551
11.5	Espécies de representação – Legal e convencional.....	555
11.6	Representação convencional e teoria da separação.....	561
11.7	Representação e contrato consigo mesmo	564
11.8	Conflito de interesses entre representante e representado	568

CAPÍTULO 12

ELEMENTOS ACIDENTAIS DO NEGÓCIO
JURÍDICO CONDIÇÃO, TERMO, ENCARGO

12.1	Considerações preliminares.....	571
12.2	Condição – Arts. 121 a 130.....	572
	12.2.1 Condição e licitude – Condições ilícitas e proibidas	576
	12.2.2 Condição e possibilidade.....	577
	12.2.3 Condição – Modo de atuação – Suspensiva e resolutiva.....	580
12.3	Termo.....	586
12.4	Encargo – Arts. 136 e 137.....	588

CAPÍTULO 13

TEORIA DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

13.1	Introdução	591
13.2	<i>Erro ou ignorância</i> – Arts. 138 a 144 do CC	593

13.2.1	Erro de direito	601
13.2.2	Erro-vício e erro-obstáculo.....	603
13.2.3	Erro e vício redibitório	604
13.2.4	Erro e motivo – O problema do falso motivo	604
13.2.5	Transmissão errônea da vontade.....	606
13.2.6	Erro não prejudicial à validade do negócio	607
13.3	Dolo – Arts. 145 a 150 do CC	607
13.3.1	Dolo principal e dolo acidental.....	608
13.3.2	Dolo positivo e dolo negativo	611
13.3.3	Dolo do próprio interessado e dolo de terceiro	612
13.3.4	Dolo do representante legal e convencional.....	613
13.3.5	Dolo bilateral ou recíproco	614
13.4	Coação – Arts. 151 a 155 do CC	615
13.4.1	Coação exercida por terceiro	621
13.5	Lesão – Art. 157 do CC.....	622
13.5.1	Introdução.....	622
13.5.2	Evolução e história da lesão até sua introdução na legislação civil	624
13.5.2.1	Lesão no Código de Defesa do Consumidor.....	627
13.5.3	Princípios e fundamentos da lesão	627
13.5.4	Espécies de lesão	630
13.5.4.1	Lesão civil – Art. 157 do CC.....	631
13.5.5	Lesão e contratos aleatórios.....	636
13.5.6	Efeitos da lesão e princípio da conservação ou preservação do negócio jurídico	639
13.5.7	Momento da lesão	642
13.6	Estado de perigo – Art. 156 do CC.....	643
13.7	Fraude contra credores – Art. 158 a 165 do CC	648
13.7.1	Considerações preliminares	648
13.7.2	Caracterização da fraude – Elementos.....	649
13.7.2.1	Elementos da fraude contra credores	650
13.7.3	Elementos da fraude e natureza dos negócios jurídicos	652
13.7.4	Preservação do negócio jurídico em que se caracteriza a fraude.....	655

13.7.5	Questão da legitimidade. A quem aproveita a anulação dos negócios fraudulentos e quem tem legitimidade para pedir a anulação?	655
13.7.6	Processo e ação pauliana – Efeitos da ação pauliana	658
13.7.7	Presunção de boa-fé em relação a atos e negócios praticados por devedor insolvente	662
13.7.8	Casos específicos de fraude	663
13.7.9	Fraude à execução e fraude contra credores – Breves considerações	663

CAPÍTULO 14

TEORIA DA “INVALIDADE” DO NEGÓCIO JURÍDICO

14.1	Considerações preliminares	667
14.2	Espécies de invalidade – Ato e negócio nulo e anulável – Nulidade e anulação – Regimes jurídicos	670
14.2.1	Ato ou negócio jurídico nulo – Regime jurídico	670
14.2.1.1	Hipóteses legais de nulidade	671
14.2.2	Simulação	676
14.2.2.1	Considerações preliminares – Introdução	676
14.2.2.2	Conceito de simulação	678
14.2.2.3	Espécies de simulação	680
14.2.2.4	Legitimidade	683
14.2.2.5	Simulação objetiva e subjetiva e casos específicos de simulação	684
14.2.2.6	Tutela aos interesses de terceiro de boa-fé	686
14.2.2.7	Simulação e reserva mental	688
14.2.3	Legitimidade para arguir a nulidade e reconhecimento de ofício	689
14.2.4	Confirmação e convalidação do negócio nulo pelo decurso do tempo	690
14.2.5	“Conversão” do negócio jurídico nulo	693
14.2.6	Resumo do regime das nulidades	697
14.3	Ato ou negócio jurídico anulável – Regime jurídico	697
14.3.1	Hipóteses legais de anulação	698

14.3.2	Legitimidade para anulação e possibilidade de reconhecimento de ofício.....	700
14.3.3	Confirmação ou convalidação do ato ou negócio jurídico anulável.....	701
14.3.4	Prazo para o legitimado requerer a anulação	702
14.3.5	Convalidação do ato ou negócio pela autorização posterior de terceiro.....	704
14.4	Invalidez do instrumento e invalidez parcial (redução do negócio jurídico).....	706
14.5	Efeitos do negócio nulo e anulável – Nulidade de pleno direito e tutela dos interesses de terceiros de boa-fé.....	707

CAPÍTULO 15

TEORIA DO ATO ILÍCITO
E ABUSO DE DIREITO

15.1	Considerações preliminares sobre o ato ilícito	713
15.2	Ato ilícito – Elementos – Art. 186.....	718
15.2.1	Nexo de causalidade e responsabilidade civil	722
15.2.2	Dano e responsabilidade civil	728
15.2.2.1	O dano e a perda da chance.....	729
15.2.2.2	Dano estético	730
15.2.3	Conclusão do ato ilícito.....	731
15.3	Ato ilícito subjetivo do Art. 186 e consequente responsabilidade civil	733
15.4	“Diferença” entre responsabilidade civil contratual e responsabilidade civil extracontratual	735
15.5	Ato ilícito objetivo como fonte de responsabilidade civil	736
15.6	Teoria do abuso de direito e ilícito objetivo	737
15.6.1	A questão da boa-fé objetiva e da culpa na teoria do abuso de direito.....	743
15.6.2	Casos específicos de abuso de direito	745
15.6.3	Proibição do comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>), <i>supressio</i> (Verwirkung), <i>surrectio</i> (Erwirkung) e <i>tu quoque</i>	747
15.6.3.1	<i>Supressio</i> – <i>Surrectio</i> – <i>Tu quoque</i>	752
15.7	Causas excludentes da ilicitude	755

CAPÍTULO 16
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

16.1	Considerações preliminares. Conceito de prescrição e decadência	759
16.2	Prescrição.....	761
16.2.1	Requisitos para a caracterização da prescrição.....	766
16.2.2	Exceção e prescrição.....	766
16.2.3	Prescrição e renúncia.....	767
16.2.4	Prazo de prescrição e alteração	771
16.2.5	Prescrição e momento para alegação	772
16.2.6	Prescrição e responsabilidade civil	774
16.2.7	Prescrição e sucessão.....	775
16.2.8	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição	776
16.2.9	Causas interruptivas da prescrição	784
16.2.9.1	Legitimidade para interromper a prescrição e efeitos da interrupção da prescrição.....	788
16.2.10	Prazos de prescrição	790
16.3	Decadência.....	800

CAPÍTULO 17
PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO

17.1	Considerações preliminares	805
17.2	Meios de prova do fato jurídico	807
17.2.1	Confissão	808
17.2.2	Documento	810
17.2.3	Testemunhas	813
17.2.4	Presunções	815
17.2.5	Perícia	816
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	819
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	829